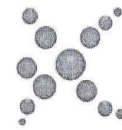




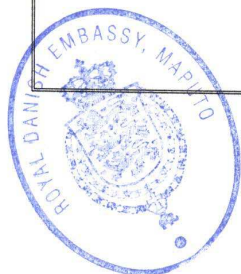
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



PARCEIROS DE APOIO
PROGRAMÁTICO

REUNIÃO DE PLANIFICAÇÃO DO QAD 2013
AIDE-MÉMOIRE

Versão Final



ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS	2
I. INTRODUÇÃO	4
II. CONTEXTO MACROECONÓMICO	6
III. PROGRESSOS EM RELAÇÃO AOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPs	9
IV. REFLEXÃO SOBRE O CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E EMPREGO.....	16
V. ANÁLISE DO CFMP 2013 – 2015 E DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO 2013	18
VI. QADs 2012: INDICADORES CUJAS METAS CORREM RISCO DE NÃO SER ATINGIDAS.....	20
VII. INDICADORES E METAS 2013	24
VIII. LISTA DOS ESTUDOS ANALÍTICOS, ANÁLISES E NOTAS A SEREM REALIZADOS CONJUNTAMENTE ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS EM 2013.....	27
IX. LISTA DOS ANEXOS:	
Anexo I: QAD do GdM para 2013-2014	
Anexo II: QAD dos PAPs para 2012-2013	
Anexo III: Notas Técnicas do QAD do Governo	
Anexo IV: Notas Técnicas do QAD dos PAPs	
Anexo V: Lista dos documentos de referência	
Anexo VI: TdR da Reunião de Planificação do Quadro Avaliação do Desempenho	
Anexo VII: Síntese da XII Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento	
Anexo VIII: Relatórios dos Objectivos/Pilares e Grupos Temáticos.	

LISTA DE ACRÓNIMOS

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
AM	Aide Mémoire
AR	Assembleia da República
BAU	Balcão de Atendimento Único
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CCDs	Conselhos Consultivos Distritais
CIN	Centro de Informação de Negócios
CUT	Conta Única do Tesouro
DNEA	Direcção Nacional de Extensão
ESE	Estratégia do Sector de Estradas
FC	Fundos Comuns
FMI	Fundo Monetário Internacional
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GdM	Governo de Moçambique
GCCC	Gabinete Central do Combate a Corrupção
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
INAE	Inspeção Nacional de Actividades Económicas
ITIE	Iniciativa da Transparência da Indústria Extrativa
IGF	Inspeccção- Geral de Finanças
IOS	Índice Geral de Obtenção de serviços
INCAF	Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
MdE	Memorando de Entendimento
OE	Orçamento de Estado
OCI	Órgão de Controlo Interno
PAFCoG	Performance Assessment Framework Coordination Group
PAPs	Parceiros de Apoio Programático
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PDEA	Plano Director de Estatísticas Agrárias
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PEDSA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário
PERPU	Plano Estratégicos de Redução da Pobreza Urbana

PES	Plano Económico e Social
PEE	Plano Estratégico da Educação
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PRISE	Programa Integrado do Sector de Estradas
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
QGS	Qualidade Geral de Serviços
RA	Revisão Anual
REO	Relatório de Execução Orçamental
RP-QAD	Reunião de Planificação do Quadro Avaliação do Desempenho
SC	Sociedade Civil
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SMoDD	Sistema de Monitoria do Desenvolvimento Distrital
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
e-SISTAFE	Versão Eletrónica do Sistema de Administração Financeira do Estado
UGBs	Unidades Gestoras Beneficiárias
UIP	Unidades de Implementação de Projectos

I. INTRODUÇÃO

1. O Governo de Moçambique (GdM), os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) e seus Membros Associados e a Sociedade Civil (SC) reuniram-se no dia 29 de Outubro de 2012 para concluir o processo da Reunião de Planificação do Quadro de Avaliação do Desempenho (RP-QAD), adoptando os Quadros de Avaliação do Desempenho de 2013 e o presente *Aide Mémoire*.
2. De acordo com o Memorando de Entendimento (MdE) assinado em Março de 2009 e os Termos de Referência para o processo constituíram objectivos principais da Reunião de Planificação do QAD 2013 os seguintes: (i) dialogar sobre os planos e acordar indicadores e metas para o ano 2013; (ii) propor metas indicativas para o ano subsequente de 2014 para os Quadros de Avaliação do Desempenho (QAD) do Governo e dos PAPs, incluindo as Notas Técnicas para cada indicador; (iii) apresentar os progressos registados em relação aos “Assuntos de Atenção Especial” levantados durante a Revisão Anual de 2012.
3. As metas e indicadores do QAD do Governo para o período 2012 – 2014, foram seleccionadas da Matriz **Estratégica do PARP 2011-2014**. Com efeito, durante o processo foram aprovadas a matriz do QAD do Governo, incluindo metas para 2013 e metas indicativas para 2014 e a matriz do QAD dos PAPs com metas para 2012 e 2013. Quanto ao QAD dos PAPs foi ajustado à nova conjuntura pós Busan e os novos indicadores serão aplicados, excepcionalmente, a pedido dos PAPs, ainda em 2012. Esta excepção justificou-se pela necessidade urgente de adequar os indicadores para obter uma avaliação dos PAPs com maior qualidade.
4. O processo da RP – QAD, envolveu 11 Grupos Temáticos e diversos Grupos Sectoriais constituídos por representantes do Governo, SC, PAPs e outros parceiros, distribuídos por três objectivos orientadores e dois pilares de apoio, incluindo o grupo de Assuntos Transversais, e um grupo ligado à implementação do MdE. A análise foi feita ao nível dos Grupos, e concluída, ao nível técnico, numa reunião do PAFCoG realizada no dia 22 de Outubro de 2012.
5. Relativamente ao ponto de situação dos indicadores e metas para 2012 e sobre os Assuntos de Atenção Especial do Governo foi feita uma análise com base nos documentos

de monitoria (Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) e o Relatório de Execução do Orçamento (REO) para o primeiro semestre 2012. A RP apreciou igualmente o Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) 2013-2015, as propostas disponíveis dos Plano Económico e Social (PES) sectoriais para 2013 e o mapa fiscal da proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2013.

6. Durante o processo realizou-se a sessão plenária do Observatório do Desenvolvimento (OD), onde o Governo apresentou as linhas gerais das propostas do PES e do OE para 2013 submetidas a Assembleia da República (AR); o Balanço do PES (BdPES) para o primeiro semestre de 2012; e, a Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Função Pública. A Sociedade Civil apresentou o Relatório de Pesquisa de Opinião sobre o Grau de Satisfação da população em relação aos bens e serviços públicos providenciados em 6 Distritos do País.
7. Ao longo da Reunião de Planificação de 2012 foram constatados alguns desafios relacionados com calendário; duração do processo; qualidade de alguns relatórios de grupos/pilares produzidos; o nível de detalhe da informação relativa ao OE para 2013; interpretação diferente dos objectivos do processo por alguns grupos de trabalho. Neste contexto, concordou-se em organizar uma reflexão conjunta com vista a propor medidas correctivas em função das lições tiradas do processo logo após encerramento do mesmo. Igualmente, a RP notou a necessidade de manter um diálogo contínuo sobre os assuntos chaves, dentre outros, a monitoria do PARP e o crescimento inclusivo, visto que estas matérias têm sido objecto de discussão somente durante os processos de Reunião de Planificação e de Revisão Anual.
8. No decurso da RP, realizou-se a reunião de Diálogo Político no quadro do Memorando de Entendimento sobre a Concessão do Apoio Geral ao Orçamento. Foram objecto de debate os seguintes assuntos:

Para o Governo; (i) Monitoria do PARP; (ii) Anti-corrupção; (iii) Crescimento inclusivo: emprego, desenvolvimento das Pequenas e Médias empresas, Ambiente de Negócios; e (iv) Recursos Naturais.

Para os PAPs: (i) Reflexão sobre o financiamento à Agricultura, nomeadamente, do PEDSA e; (ii) Tranche Variável: necessidade de obter o acordo sobre o Anexo 5 (Mecanismo de Resposta por Partes).

9. O presente *Aide Mémoire* inclui os seguintes anexos: o QAD do Governo para 2013-2014 (Anexo I); o QAD dos PAPs para 2012-2013 (Anexo II); as Notas Técnicas do QAD do Governo (Anexo III); as Notas Técnicas do QAD dos PAPs (Anexo IV); a Lista dos documentos de referência (Anexo V); os TdR da RP 2012, (Anexo VI); Síntese da XII Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento (Anexo VII); Relatórios dos Objectivos/Pilares e Grupos Temáticos (Anexo VIII).

II. CONTEXTO MACROECONÓMICO

10. Não obstante um cenário económico e financeiro internacional ainda sombrio influenciado sobretudo pela crise das dívidas soberanas na Europa, a RP-QAD 2013 teve lugar num contexto em que a economia nacional registou um desempenho robusto em linha com as projecções macroeconómicas previstas.
11. No 1º semestre de 2012 a economia, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), cresceu em cerca de 7.2% suportada pelos sectores da Indústria Extractiva (39.3%), Eletricidade e Água (9.9%), Construção (9.2%), Transporte e Comunicações (11%) e a Agricultura (5.6%). Os sectores com maior peso no PIB foram: Agricultura (23%), Indústria Transformadora (12%), Comércio e Serviços de Reparação (11%), Transportes e Comunicações (12%).
12. Até Julho de 2012, a taxa de inflação medida pela variação da média móvel 12 meses foi de 4.41% devido a queda contínua verificada entre Abril e Julho, condicionada pela relativa apreciação do Metical face às moedas dos seus principais parceiros comerciais com destaque para a África do Sul. Esta tendência decrescente da inflação conduziu à uma revisão das projecções iniciais do ano 2012, de uma inflação média, de 7.2% para 3.0%, uma redução em 4.2pp.
13. As receitas do Estado cobradas de Janeiro a Junho de 2012, atingiram 45.6% da previsão anual, apresentando os impostos sobre o rendimento um nível mais alto de execução (55%), em particular o IRPC (65.6%), comparado com os impostos sobre bens e serviços (41.3%), e tendo o IVA e impostos sobre o comércio externo um nível de execução inferior

ao mesmo período de 2011. No entanto, têm sido tomadas medidas adicionais para melhor gestão e maior controlo sobre os contribuintes, assim como o alargamento da base tributária, com vista ao alcance da meta até ao fim do ano. Observa-se também um aumento significativo nas receitas provenientes dos recursos naturais (explicando parte do aumento no IRPC), que representavam 5.6% da receita total cobrada no semestre.

14. Para o mesmo período, a despesa executada atingiu 36.0%, tendo as despesas de funcionamento atingido 46,4% da dotação anual (crescimento de 7% em relação ao período homólogo de 2011). Destas, as despesas com pessoal e bens e serviços são as que mais absorveram os recursos programados. A despesa corrente executada no 1º semestre está em conformidade com as previsões embora apresente níveis de execução de 4pp abaixo da executada em igual período de 2011, notando-se o desafio de um baixo nível de reembolso do IVA. As despesas de investimento tiveram uma execução de 26,5% da meta anual, influenciadas por níveis mais baixos que o usual de execução da componente externa (19.3%). A componente interna registou uma execução de 38.8%. A RP notou que a rubrica de investimentos poderá como habitualmente observar maiores níveis de execução no 2º semestre.
15. A análise territorial da execução orçamental no 1º semestre, indica níveis de execução mais elevados a nível provincial, distrital e municipal, comparativamente ao período homólogo do ano anterior (45,5% em 2011 contra 51,1% em 2012). Nos sectores prioritários reportam-se modestos aumentos no nível de execução (também devido à baixa execução da componente externa), excepto para os sectores de Justiça e Estradas (com aumento significativo) e Agricultura (com diminuição), sendo o nível global de execução de 47.4%, recuperando normalmente no 2º semestre.
16. Espera-se que o desempenho global da economia seja de 7.5% ao final do ano 2012, ou seja o mesmo nível de taxa previsto no PES 2012. A Indústria Extractiva deverá continuar a expandir-se com uma previsão anual de produção de carvão mineral de 5.9 milhões de toneladas. Os serviços financeiros, Electricidade e Água, também deverão crescer a um ritmo acelerado. Os sectores com maior peso no PIB (Agricultura e Indústria Transformadora) poderão reduzi-lo, caso a indústria extractiva aumente o seu peso.
17. Ao longo do exercício económico de 2012, o Governo tem estado a orientar a política monetária para a viabilização de um maior acesso ao crédito pelo sector privado

(desenvolvimento das pequenas e médias empresas) e impulsionar o crescimento do PIB. Estas medidas têm estado a resultar num progressivo aumento do volume de crédito à economia que entre Agosto de 2011 e Junho de 2012, observou um crescimento em 8.7%. A taxa de juro, embora seja importante para a procura de crédito, não é o único factor que determina o aumento do crédito bancário ao sector privado. Há outros constrangimentos estruturais que têm vindo a ter impacto na evolução da carteira de financiamento bancário, como por exemplo a inexistência duma lei da insolvência ou a disponibilidade e qualidade de informação contabilística e financeira que as empresas prestam aos bancos no acto de solicitação dos empréstimos.

18. Na sequência das alterações efectuadas às Contas Nacionais pelo INE e que afectaram os crescimentos do PIB em 2010 e 2011, o Governo efectuou a revisão da projecção do crescimento do PIB para 2013 de 7.9% para 8.4%. A nova projecção representa um aumento de 0.9pp face ao previsto para 2012, impulsionado em parte pela aceleração do crescimento do sector mineiro, conjugado com o crescimento dos serviços financeiros.
19. Para 2013, prevê-se que a inflação média anual se situe em cerca de 7.5%, um aumento de 4.5pp em relação a prevista para 2012 como resultado da evolução dos preços internacionais que poderão condicionar os preços internos.
20. Em 2013, a política fiscal continuará a focalizar no alargamento da base tributária e aumento da eficiência administrativa com as receitas do Estado em relação ao PIB a crescerem em 0.5pp. Espera-se que este crescimento seja sustentado pelo aumento de receitas fiscais, na categoria dos impostos sobre bens e serviços. Não obstante o incremento do rácio fiscal, nota-se maior rigidez no crescimento das receitas fiscais, resultante da alteração da estrutura da economia, devido ao incremento do peso relativo do valor acrescentado bruto da indústria extractiva resultante da actividade dos grandes projectos de prospeção e exploração mineira com fraca contribuição para a carteira fiscal.
21. A Missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) visitou Moçambique nos dias 27-31 de Agosto, tendo considerado que as previsões macroeconómicas do País são positivas e a taxa de inflação modesta. Face aos progressos registados, o FMI ajustou as suas projecções do crescimento económico do País de 6,7% para 7,5%, em 2012, e de 7,2% para 8,4% para 2013.

22. O FMI notou que as despesas de investimento, no primeiro semestre de 2012, estiveram aquém das metas para aquele período em parte devido a atrasos nos desembolsos do financiamento da componente externa, havendo expectativa de que as mesmas venham a acelerar no segundo semestre de acordo com padrões observados em anos anteriores. A missão constatou, igualmente, que o crédito à economia está a aumentar, mas ainda mantém-se em níveis modestos apesar da política monetária relaxada. A missão concordou com as linhas gerais do orçamento para 2013, embora julgue que as previsões do GdM em relação receitas domésticas sejam optimistas e as previsões em termos de ajuda externa cautelosas.
23. O FMI encorajou ao Governo a desenvolver metas de arrecadação tributária separadas para os sectores extractivos e não extractivos e notou que o nível de financiamento interno do OE não irá afectar negativamente o sector privado.
24. A missão recomendou ao Governo para reforçar o controlo das despesas com pessoal, de forma a garantir a sua sustentabilidade sem prejuízo de contratações nos sectores prioritários, incluindo saúde e educação. O nível e composição das despesas prioritárias ainda estavam a ser finalizados no momento da missão, mas o GdM renovou o seu compromisso de reflectir as prioridades do PARP no orçamento de 2013.

III. PROGRESSOS EM RELAÇÃO AOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPs

Governo

25. **Assegurar a implementação do Plano Director de Estatísticas Agrárias (PDEA), de modo a obter-se informação estatística agro-pecuária actualizada:** Está em curso a implementação de uma das recomendações que é o alinhamento metodológico entre o Trabalho de Inquérito Agrário (TIA) e Aviso – Prévio. Por outro lado, estão em curso acções com vista a aprovação do alinhamento dos indicadores pelos Conselho Superior de Estatística e Conselho de Ministros. O Sector já está a implementar a primeira parte do plano, de forma a assegurar a obtenção de dados fiáveis sobre a produção, a partir de

2013. O processo faz parte do plano de investimento no quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA).

26. Acelerar o ritmo das reformas na área do ambiente de negócios através da selecção de acções com mais relevância e impacto na promoção de emprego, a divulgação eficaz e abrangente de reformas, bem como de procedimentos regulamentares em vigor. Destacam-se como reformas relevantes em curso as seguintes: (i) Operacionalização e expansão da Janela Única Electrónica (JUE) que permite a simplificação dos procedimentos tanto de importação como de exportação; (ii) Operacionalização dos serviços de consulta telefónica e e-mail sobre assuntos fiscais; (iii) Melhorar e alargar o sistema de tributação dos pequenos contribuintes (Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes - ISPC); (iv) Estudo para criação de um Centro de Informação de Crédito e registo de mutuários; (v) Operacionalização da Bolsa de Valores para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) visando incentivar a emissão de títulos, obrigações e acções; (vi) Transferência de licenciamentos provinciais para os Balcões de Atendimento Único (BAUs) nos termos do Dec. 14/2007 de 30 de Março (Melhoria de performance dos BAUs); (vii) Consolidar o Centro de Informação de Negócios (CIN) e expandir as suas actividades.

27. Acelerar a implementação do Plano Estratégico do sector de Educação com particular realce para a melhoria da qualidade do ensino, de modo a responder ao principal desafio da aprendizagem dos alunos a todos os níveis, no que diz respeito as competências básicas de leitura, escrita e aritmética no ensino primário. Em 2012 o sector continuou com a implementação dos programas desenhados para contribuir para a melhoria da aprendizagem do aluno, com enfoque no ensino primário: (i) aprovada a estratégia da primeira-infância e o projecto-piloto para a expansão das escolinhas para os 3-5 anos; (ii) introduzido o piloto do novo modelo de formação de professores (10^a+3) em 3 IFPs; (iii) em fase de testagem o instrumento de monitoria da aprendizagem do aluno em termos de leitura na 3^a classe; (iv) continuada a preparação do plano de acção na área de leitura e escrita; (v) aquisição de carteiras (ensino primário), livros para as bibliotecas (todos os níveis), kits para os laboratórios (ensino secundário), para contribuir para a melhoria do ambiente escolar.

Entretanto, um dado importante para medir a qualidade da educação é o novo indicador sobre a percentagem de alunos da 3^a classe que atingem as competências básicas de leitura e escrita.

28. Prosseguir com o fortalecimento da Gestão das Finanças Públicas de forma a assegurar a transparência e eficiência da gestão de fundos públicos. O processo de fortalecimento do sistema de GFP tem sido gradual, com maior enfoque e impacto resultante da expansão e aprofundamento dos diversos módulos e aplicações do e-SISTAFE (versão electrónica do Sistema de Administração Financeira do Estado), em particular com: i) o aumento da execução orçamental por via directa; ii) continuação da expansão do e-folha (para salários); iii) aprovação do Modelo Conceptual do Subsistema de Controlo Interno, elaboração do Modelo de Negócio para o Cadastro de empreiteiros e Fornecedores e início de elaboração do Modelo de negócio da funcionalidade de incorporação contabilística de bens patrimoniais do estado; persistindo no entanto desafios sobre a qualidade da sua implementação ao nível sectorial e sub nacional. Adicionalmente, têm sido desenvolvidas acções tendentes a maior transparência dos processos orçamentais e financeiros do Estado, em particular através da disponibilização pública de informação regular sobre o Orçamento do Estado e sua execução, assim como a recente publicação dos relatórios sobre a Dívida Pública de 2009-2010 e informação sobre a análise de sustentabilidade da dívida. É também de notar o progresso feito com o início da gestão pelo sistema de controlo interno, das recomendações resultantes das diversas auditorias e inspecções, que vai permitir um seguimento da sua implementação, avaliação da sua qualidade, assim como a identificação dos principais desafios para o reforço da qualidade e extensão do controle interno. Subsistem no entanto fraquezas na rapidez com que os dados dos Órgãos de Controlo Interno (OCIs) chegam à IGF para supervisão e actualização.

29. Aprofundamento da agenda Iniciativa da Transparência da Indústria Extrativa (ITIE), abordando os desafios de aumento da transparência sobre contratos, do uso das receitas e questões ambientais: A RP notou progressos em relação ao cumprimento dos requisitos da ITIE. O segundo relatório de reconciliação foi publicado em Março e o terceiro deverá ser concluído até Dezembro de 2012. A informação reportada tem aumentado, em linha com as recomendações do estudo exploratório que identifica a materialidade dos fluxos de receita a serem cobertos. Neste contexto, espera-se que Moçambique se torne em País totalmente cumpridor antes do fim de 2012. Existe desde 2007 um contrato modelo, assim como regimes fiscais aprovados por lei para as operações mineiras e petrolíferas, cuja aplicação não prevê excepções e encontram-se disponíveis ao público. Os novos códigos de minas e petróleos, contêm disposições sobre a gestão ambiental,

estabelecendo um quadro consistente com as melhores práticas internacionais. Não obstante os progressos registados a RP considerou existir desafios nesta área relacionados com: (i) a busca de opções para a ampliação da agenda de transparência no quadro da ITIE; (ii) a necessidade de publicação dos contratos em particular no que se refere aos benefícios fiscais concedidos; (iii) prosseguir com os esforços em curso para que as capacidades das instituições relevantes sejam reforçadas para realização eficaz da monitoria e supervisão da adesão as práticas internacionais; (iv) explorar opções de definição de uma série de políticas e instrumentos para assegurar uma gestão e uso eficaz destes recursos, considerando em particular os impactos macroeconómicos e fiscais. Assim, concordou-se em manter um diálogo regular sobre estes assuntos que contarão com o apoio dos Parceiros de Cooperação através dentre outros da provisão de assistência técnica ou realização de estudos. Face a estes desafios, a RP é de parecer que as futuras leis em elaboração, de Minas e de Petróleos, a serem submetidas à Assembleia da República encontrem espaço para acomodar estes desafios.

30. *Acelerar o combate a corrupção através da implementação das estratégias em vigor, bem como do contínuo melhoramento do quadro legal baseado na avaliação do impacto:*

A Estratégia Anti-Corrupção expirou em 2010, não tendo sido até ao momento substituída por um novo instrumento orientador para a matéria e nem publicados os resultados decorrentes da segunda pesquisa nacional sobre a boa governação. Entretanto, no contexto da legislação em vigor e a recentemente aprovada, estão em curso as acções visando assegurar implementação efectiva destes instrumentos, através da previsão do OE para o ano de 2013 designadamente as seguintes: (i) Assegurada a sustentabilidade e mobilidade geográfica dos magistrados do Ministério Público; (ii) Assegurada a sustentabilidade da implementação do código de conduta dos titulares dos cargos públicos; (iii) em curso a regulamentação dos dispositivos sobre conflitos de interesse e declaração de bens; (iv) em curso a constituição da Comissão Central de Ética Pública. Porém, deste rol de acções regista atraso o ajustamento do quadro do pessoal de investigação do GCCC, tendo em conta que a lei foi aprovada em Maio e o prazo dos 90 dias de *vacatio legis* foi ultrapassado. Não obstante, foi iniciado o processo de reforço da capacidade de investigação do GCCC, através do recrutamento de magistrados e peritos especializados, nos marcos do quadro orgânico em vigor. A RP notou pouco progresso na regulamentação sobre o Gabinete de Protecção de vítimas, testemunhas, denunciantes e outros sujeitos processuais. Todavia prevê-se o estabelecimento deste órgão em 2013.

- 31. Reforçar a capacidade e transparência do sistema de aquisições públicas “Procurement” em particular a aprovação da carreira de contratação pública, a instalação do sistema de gestão de informação para assegurar a monitoria:** (i) está em desenvolvimento a funcionalidade para a gestão de informação sobre contratações públicas integrada no e-SISTAFE esperando-se a sua entrada em funcionamento para finais de 2012; (ii) foram elaborados os Termos de Referência para a profissionalização da carreira de contratação pública, sendo pertinente o alinhamento da mesma em conformidade com a Visão das Finanças Públicas; (iii) visando a melhoria da comunicação e coordenação com o sector privado, estão em curso várias acções com destaque para palestras e a melhoria do *website*, com vista a responder a demanda e acesso à informação dos processos de contratação realizados pelos diferentes órgãos e instituições do Estado; (iv) sobre o sistema de queixas para os participantes em concursos públicos, existe a prerrogativa para os concorrentes apresentarem reclamações e recursos relativos a gestão dos concursos, através de Auditorias realizadas e de supervisão feita aos processos de contratação pública sobre o grau de cumprimento dos procedimentos estabelecidos, esperando-se em 2013 reforçar o trabalho conjunto entre os órgãos de controlo interno e externo.
- 32. Face aos desenvolvimentos acima arrolados, a RP notou que se registam progressos notáveis nos diversos Assuntos de Atenção Especial, havendo planos e iniciativas para os próximos meses que vão contribuir para a melhoria destes assuntos. Contudo, prevalecem desafios, entre outros relacionados com o:** (i) estabelecimento de um sistema de monitoria do PARP baseado no fornecimento de dados fiáveis em tempo oportuno, ferramentas de monitoria transparentes e acessíveis; (ii) a necessidade de melhoria do ambiente de negócios aos vários níveis e sectores; (iii) e maiores avanços no combate a corrupção.

Parceiros de Apoio Programático

- 33. Aprimorar o assunto de previsibilidade no âmbito dos desembolsos atempados, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como no âmbito dos Fundos Comuns (FCs):** Em 2012, nove parceiros (que representa 47% dos PAPs), atrasaram com os seus desembolsos dos fundos comprometidos para AGO. Adicionalmente, duas agências não tinham indicado o mês de desembolso do seu compromisso para 2012. Cabe destacar que dois dos Parceiros desembolsaram os seus compromissos antecipadamente. Para

assegurar melhorias no futuro, foram incluídos no novo QAD dos PAPs dois novos indicadores relacionados com a previsibilidade dos FCs.

- 34. Melhorar o mecanismo da gestão da Tranche Variável de modo a torná-lo claro, transparente e previsível:** foram realizadas várias reuniões visando proceder a revisão do Anexo 5, do Memorando de Entendimento tendo sido elaborada a proposta que aguarda concordância dos Parceiros.
- 35. Incrementar o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade dos projectos:** Prevalece o desafio da falta de dados para permitir que se afira o ponto de situação sobre estes indicadores. Todavia, de forma a incentivar os PAPs para a utilização, cada vez mais crescente da Conta Única do Tesouro e dos sistemas nacionais de aquisição, foram incluídos no novo QAD indicadores mais específicos para a medição da sua aderência pelos diferentes parceiros.
- 36. Providenciar maior atenção a qualidade da informação prestada na Base de Dados ODAMOZ (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc):** Prevalece para os PAPs o desafio de melhorar a qualidade dos dados reportados no ODAMOZ. Da verificação da qualidade dos dados relacionados com os compromissos constata-se que tem havido alguns progressos. Entretanto, persistem desafios que se prendem com a actualização e melhoria da qualidade de dados sobre os desembolsos e informação sobre as UGBs receptoras do financiamento. Isto deve-se parcialmente à grande mobilidade do pessoal dos PAPs que faz com que treinamentos mais regulares nas matérias sejam requeridas. Assim, com vista a obter progressos assinaláveis no futuro foram incluídos no novo QAD dos PAPs dois novos indicadores específicos relacionados com a utilização da ODAMOZ.
- 37. Prestar maior atenção ao objectivo do Reforço das capacidades (incluindo a redução das Missões individuais e o número de UIPs).** A fraca qualidade de dados sobre as missões e o número de UIPs que têm sido disponibilizados dificultam a verificação dos progressos registados em relação a este assunto. Assim, foi reformulado um dos indicadores relacionados com as missões no QAD dos PAPs. Com os dois indicadores no QAD sobre a matéria espera-se ter uma proporcionalidade entre as missões levadas a cabo

e os volumes respectivos de ajuda, para além de se incentivar a realização de missões conjuntas entre diferentes parceiros.

38. Prestar apoio multiforme ao processo de elaboração do Código de Conduta previsto na Política de Cooperação internacional

Está em curso a elaboração do código de Conduta que o Governo irá posteriormente levar a consulta com os Parceiros de Cooperação.

39. Face aos desenvolvimentos registados, a RP notou progressos em relação aos Assuntos de Atenção Especial dos PAPs. Todavia, prevalecem desafios relacionados com a falta de informação infra-anual para aferir com exactidão os desenvolvimentos durante as Reuniões de Planificação, bem como os relacionados com a qualidade dos dados, actualização da base ODAMOZ e a previsibilidade dos desembolsos.

Conjuntos

40. Aprimorar a implementação da nova estrutura dos grupos de trabalho e outros mecanismos de diálogo conjunto, incluindo a clarificação dos Assuntos Transversais serão incluídos: o assunto foi apresentado durante o seminário de reflexão conjunta no qual foram apresentadas as propostas para melhorar a estrutura. Posteriormente foi constituído um pequeno Grupo Conjunto que está actualmente a rever o Anexo IX do Memorando de Entendimento sobre a estrutura dos Grupos de Trabalho e funcionamento das partes vinculadas. Foi adoptada uma abordagem diferente para o funcionamento dos Grupos conjuntos para a Reunião de Planificação baseada nas lições aprendidas da RA.

41. Estabelecer um sistema de monitoria do PARP forte e numa base anual de forma a permitir mais análise dos dados apresentados, observando as tendências, bem como a sua melhoria e desagregação por género: foram desenvolvidas as seguintes melhorias na proposta do PES 2013: (i) Inclusão na Matriz do PES do Código do Programa (o mesmo código que esta no Módulo de Elaboração do Orçamento) que permite estabelecer a ligação com o OE. Este exercício tornará possível a análise da alocação dos recursos aos diferentes programas e os 88 programas do PQG ligados ao PARP; (ii) Estabelecimento de uma matriz que inclui para cada programa do Governo indicadores de resultado e de Produto alinhados com os da Matriz do PARP.

Em relação a qualidade dos dados estatísticos, o Inquérito Nacional de Agregados Familiares (INCAF) fornecerá a partir de 2013, informação que permitirá medir as tendências da pobreza de forma anual, sendo que o IOF continuará a ser realizado a cada cinco anos. A comparabilidade entre os próximos IOF e os anteriores estará assegurada. Foi também concordado, que as estatísticas agrárias e do emprego assim como a reflexão do desempenho dos sectores na composição do PIB tinham que ser melhoradas. Entretanto, persiste ainda o desafio de assegurar a qualidade dos indicadores para que sejam mais estratégicos, realísticos e mensuráveis no contexto dum novo sistema de monitoria do PARP que deverá estar pronto em 2013.

- 42. Elaborar, em conjunto, um novo Quadro de Avaliação dos Parceiros com as respectivas Notas Técnicas para o QAD dos PAP, com objectivo de melhorar a qualidade das avaliações e monitorar a eficácia da Ajuda.** Foi elaborada uma proposta conjunta, a qual foi apresentada e apreciada durante o seminário de reflexão conjunta. Iguualmente foram elaboradas as propostas das Notas Técnicas e metas para 2013.
- 43. Participar activamente na elaboração do Plano de Acção sobre a implementação dos Compromissos Assumidos no IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, realizada em Busan.** Foi lançado o processo em Julho deste ano, e foi elaborada uma matriz que está em processo de melhoramento entre os intervenientes (GdM, Sector Privado, Sociedade Civil, Parlamento e Parceiros). Está prevista a continuidade dos trabalhos ao nível técnico e uma sessão alargada durante o mês de Outubro na qual será apresentada uma primeira versão do Plano de Acção de Busan.

IV. REFLEXÃO SOBRE O CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E EMPREGO.

- 44.** Tendo em conta o contexto nacional e internacional em rápida evolução, o GdM e os PAPs, iniciaram uma reflexão mais alargada sobre como é que as diferentes políticas e acções desenvolvidas podem contribuir para o aumento dos níveis de emprego e crescimento económico inclusivo. Espera-se que esta abordagem venha a ser mais abrangente, tendo em consideração outras dimensões e políticas sectoriais e macroeconómicas relevantes para esse objectivo, incluindo políticas para um capital humano mais produtivo.

45. A RP constatou que as ligações entre as PME e os mega-projectos permitem a expansão dos negócios e a criação de emprego, todavia, estes absorvem uma parte limitada da mão-de-obra a nível nacional.
46. A política tributária deverá contribuir também neste sentido, através da sua simplificação e tendo em conta o princípio da equidade fiscal. Considera-se em particular os casos de micro-negócios, agricultura, e indústria nascente, com uma carga fiscal menos pesada para estimular a criação e expansão das empresas e do emprego. Para se aferir o impacto das políticas tributárias, a RP aponta para a necessidade de desenvolver estatísticas fiáveis e regulares nestas áreas.
47. Ainda no âmbito das medidas promotoras do emprego, existe um potencial ao nível da descentralização e governação local de contribuir para a promoção do emprego. A expectativa é que esta política contribua para a expansão das oportunidades de emprego no sector privado. Ao nível do sector da prestação de serviços públicos, a componente pode dar um contributo para a criação de emprego e crescimento económico através do aumento do licenciamento simplificado ao nível dos serviços integrados nos Distritos. A expansão dos serviços de licenciamento simplificado para os Municípios e SDAEs – Serviços Distritais de Actividades Económicas (Decreto 5/2012, de 7 de Março) e dos serviços de Monitoria do INAE (Inspeção Nacional de Actividades Económicas) poderá também contribuir para a melhoria do Ambiente de Negócio e a criação de emprego a nível local. O desempenho célere dos Tribunais nos julgamentos de casos laborais e outros cuja natureza está ligada às questões do *emprego*, cumprimento dos contratos etc., e a criação de centro de mediação de conflitos laborais podem prestar, igualmente, um serviço útil ao desenvolvimento do sector privado.

Para alimentar esta reflexão, constitui desafio a melhoria da qualidade da informação estatística necessária para a análise do impacto das políticas.

V. ANÁLISE DO CFMP 2013 – 2015 E DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO 2013

48. Esta análise baseia-se nos Relatórios de Execução do OE, no CFMP 2013 - 2015 e na proposta do OE para 2013, submetida à Assembleia da República.
49. Os processos de planificação e orçamentação ocorreram num cenário económico e financeiro internacional ainda sombrio sobretudo influenciado pela crise das dívidas soberanas na Europa. O alinhamento entre CFMP, PES e OE tem estado a melhorar progressivamente especialmente no que tange a definição do quadro macroeconómico. Porém, devido a alteração dos pressupostos macroeconómicos, situação já acautelada na aprovação do CFMP, registam-se diferenças nas alocações entre o Cenário e o Orçamento. Com efeito, as metas de cobrança de receitas previstas no OE 2013 são superiores àquelas que constam no CFMP 2013-15, existindo, assim, espaço fiscal adicional que foi alocado aos sectores prioritários do PARP. As assumpções macroeconómicas subjacentes ao OE 2013 estão, de forma geral, em linha com as do CFMP, mas tomam em consideração alguns ajustamentos às previsões económicas.
50. O OE 2013 prevê uma redução significativa no financiamento externo em percentagem do PIB (de 15.5% no OE 2012 para 11.9% no OE 2013), devido, principalmente, a uma previsão de redução de financiamento na forma de donativos, tanto para o Apoio Geral ao Orçamento (de 2.3% para 1.5%), Apoio Orçamental Sectorial (2.3% para 1.6%) e projectos (3.7% para 1%), apesar de um ligeiro aumento na proporção de crédito externo. As despesas do Estado deverão atingir o montante de 174.955,0 milhões de MT, correspondente a 36,2% do PIB, sendo 98.955,0 milhões de MT (20,3% do PIB) para as despesas de funcionamento, 68.525,0 milhões de MT (14,2% do PIB) para as despesas de investimento e 8.266,3 milhões de MT (1,7% do PIB) de operações financeiras. O peso das despesas no PIB é ligeiramente baixo em comparação com o do ano passado, devido principalmente à redução da estimativa de recursos externos.
51. Em relação à despesa, preve-se um aumento nas despesas correntes na ordem de cerca de 16% em termos nominais, na componente interna do investimento em 23%, mas uma redução da componente externa do investimento em cerca de 6% e operações financeiras em 37%. De forma geral, haverá um crescimento da proporção entre as despesas correntes

em relação ao investimento, apesar de um aumento nominal da despesa de investimento em relação ao orçamento de 2012.

- 52.** As receitas internas continuarão a crescer a um bom ritmo, mantendo-se as previsões de aumento estabelecidas na política orçamental em 0.5% em relação ao PIB para a receita total e 0.4% para receitas fiscais. Estes níveis de arrecadação serão atingidos, principalmente, através dos impostos sobre as mais-valias e outras receitas fiscais. Espera-se que as receitas provenientes do IVA em relação ao PIB venham a reduzir de 8.6% no OE 2012 para 8.3% em 2013. Perspectiva-se no OE 2013, a consignação de 2.75% das receitas advenientes do imposto de produção de actividades de exploração mineira e petrolífera em 5 empreendimentos, estimadas em 30 milhões de MT para financiar actividades de investimento em infra-estruturas nas localidades de Moatize, Govuro e Moma.
- 53.** A proposta de OE 2013 indica um aumento em relação à despesa total, nas despesas a nível Provincial (de 19.4% para 20.3%); Distrital (de 12.5% para 13%) e Autárquico (de 1.4% para 1.5%). A proporção da despesa a nível central reduz de 67% para 65.2%. O volume de recursos totais nos sectores prioritários do PARP em 2013, está fixado em 115.100,1 milhões de MT, correspondente a 71,5% da despesa pública total excluindo juros da dívida pública e operações financeiras do Estado, contra os 66,9% em 2012. No entanto, devido a mudanças frequentes nas categorias de despesas e sectores incluídos na definição de sectores prioritários, torna-se necessária uma análise mais detalhada para comparação da evolução destas despesas, considerando o classificador orgânico, funcional e os programas prioritários do PARP. Os sectores da Educação, Saúde, Infraestruturas, Agricultura e Desenvolvimento Rural absorverão cerca de 18.6%, 10.3%, 17.9% e 12.6% do total de recursos, respectivamente, reflectindo um aumento nominal em todos os sectores, sendo o sector de infra-estruturas o que cresce mais rapidamente comparativamente a 2012.

VI. QADs 2012: INDICADORES CUJAS METAS CORREM RISCO DE NÃO SER ATINGIDAS

QAD DO GOVERNO

54. No concernente as metas para 2012 constantes no QAD do Governo, a RP 2012 notou que do total de 35 indicadores, 8 indicadores cujas metas correm risco de não ser atingidas e dois indicadores que serão de difícil avaliação por falta de dados.
55. No primeiro objectivo de **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira**, do total 7 indicadores, 2 cuja avaliação carecerá de dados e 3 correm o risco de não atingir a meta, sendo respectivamente:

Indicador 1: *Percentagem de produtores assistidos pela Extensão que adoptam novas tecnologias.* Este indicador não se pode medir em 2012 - pelo facto de não ter sido realizado o estudo específico sobre a adopção de tecnologias devido a exiguidade de recursos, aliado ao facto de estar em curso o TIA.

Indicador 2: *Produtividade das culturas de Milho, Arroz e Soja.* Este indicador não se pode medir em 2012, pelo facto de ter-se observado no presente ano, um marco estatístico que consistiu na integração dos processos de recolha de informação, nomeadamente, o Aviso prévio e o Trabalho de Inquérito Agrário (TIA), fase marcada essencialmente pela uniformização da metodologia de medir a produção, que passa a utilizar a amostragem probabilística e derivação da amostra à partir da amostra mãe do Censo Agro-pecuário.

Indicador 3: *Áreas [em Hectares] com sistemas de regadio construído, reabilitado e em aproveitamento.* A meta inicial era de 3.000 ha, repartidos da seguinte forma, 1.500 ha previstos para o regadio de Chókwé e 1.500 ha para o regadio de Baixo Limpopo. Regadios de Chókwè, dos 1.500 ha, até ao final do 1º Semestre, foram reabilitados cerca de 500 ha, representando uma realização de 30%, correspondentes a execução de 19% dos canais secundários, 9% dos canais terciários e 7% de sistema de drenagem. Regadio do Baixo Limpopo, dos 1.500 ha previstos não foram realizados devido a reprogramação do financiamento, motivada pela reclassificação do projecto pelo MICOA

da classe B para a classe A, o que implicou a realização de um estudo de impacto ambiental, e em ultima instancia o reajuste da proposta do orçamento a ser negociada.

Indicador 5: *[Número de Infra-estruturas de Apoio a Pesca Artesanal Construídos (Não cumulativos)]*. A meta deste indicador corre o risco de não ser atingida no que diz respeito ao número de mercados de primeira venda construídos. Em relação as metas propostas de 2012, dois (2) Mercados Retalhistas e Sete (7) Mercados de Primeira venda não vão ser construídos devido a reformulação do Plano de Actividades do Projecto ProPesca.

Indicador 7: *Percentagem da rede de estradas aberta para o tráfego normal de veículos durante o ano, com algumas excepções*. Este indicador corre o risco de não ser atingido devido ao início tardio de algumas obras previstas na Estratégia do Sector de Estradas (ESE) e do Programa Integrado do Sector de Estradas (PRISE), resultante do atraso do desembolso dos fundos externos.

56. No que diz respeito ao segundo objectivo de **Promoção de Emprego** dos três indicadores do QAD, os progressos até então registados apontam para um cumprimento integral das metas.

57. Quanto ao terceiro objectivo de **Desenvolvimento Humano e Social** dois dos onze indicadores correm o risco de não atingir a meta, sendo os indicadores número 13 e 14.

Indicador 13: *Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe (ensinos público, privado e comunitário) – Total*: O não cumprimento deste indicador resulta principalmente do hábito de matricular as crianças aos 7 anos ao invés da idade correcta dos 6 anos.

Indicador 14: *Alunos por Professor no Ensino Primário do 1º Grau (1ª à 5ª classes) (ensino público, diurno)*: A estagnação do rácio alunos por professor resultou, por um lado, do crescimento do número dos alunos no ensino primário e, por outro lado, da contenção na contratação de novos professores (nos anos de 2011 e 2012, o número de novos professores contratados manteve-se em 8500).

58. Relativamente ao **Pilar de Apoio - Governação** três dos seis indicadores correm o risco de não atingir a meta, sendo:

Indicador 21: *Nível de satisfação dos utentes dos serviços públicos (Índice Geral de Obtenção de serviços IOS) e (Qualidade Geral de Serviços - QGS).* Este indicador não pode ser medido devido ao atraso registado na realização da segunda Pesquisa Nacional de Satisfação dos Utentes do serviço público.

Indicador 22: *Número de distritos com relatórios anuais de desempenho dos processos distritais elaborado com base no Sistema de Monitoria de Desenvolvimento Distrital validado pelos Conselhos Consultivos Distritais (CCDs) e publicado (SMoDD).* A meta poderá não ser atingida devido ao atraso da fase de validação dos relatórios anuais pelos CCDs.

Indicador 26: *Implementação efectiva do pacote legislativo Anti-Corrupção: Acções de preparação e resultados.* O risco de não cumprimento desta meta justifica-se por um lado, pelo facto de não ter sido até ao momento ajustado o quadro de investigação do GCCC, potenciando-o de mais Magistrados, Peritos, Auditores e Contabilistas no prazo dos 90 dias após a aprovação da lei, e por outro, pelo facto de a regulamentação da lei sobre o Gabinete de Protecção de vítimas, testemunhas, denunciantes e outros sujeitos processuais não ter sido feita no prazo de 60 dias após a aprovação da lei. Contudo, a RP notou que as demais acções embora em curso deverão ser aceleradas tendo em conta o prazo específico a partir da aprovação das leis.

59. O Pilar de Apoio - Macroeconomia e Gestão de Finanças Públicas compreende nove indicadores nos quais os progressos até então registados apontam para um cumprimento integral das metas. Note-se no entanto que relativamente à meta de Auditoria e Controle interno, sobre a gestão da implementação das recomendações das auditorias e inspecções, verificou-se a dificuldade de gestão pela Inspecção-Geral de Finanças (IGF) das recomendações feitas pelo Tribunal Administrativo, o que requer a reconsideração da responsabilidade da monitoria desta componente em 2012 e levou à necessidade de emendar a respectiva nota técnica para a meta de 2012 e à reformulação das metas para 2013 e 2014.

60. Do total dos 10 indicadores cujas metas correm o risco de não serem atingidas ou que são difíceis de avaliar, constitui desafio: (i) compensar as demoras nas áreas abrangidas; (ii) na definição de indicadores, prestar maior atenção nas fontes de verificação; bem como (iii)

assegurar a existência de verbas de financiamento para a verificação dos indicadores e metas.

QAD DOS PAPs

61. No concernente as metas para 2012, constantes no QAD dos PAPs, a RP 2012 notou que do total de 23 indicadores, 7 indicadores apresentam metas que correm risco de não ser atingidas.

62. Em relação aos **indicadores relacionados com o AGO**, 2 dos 4 indicadores correm risco de não serem atingidos, nomeadamente:

Indicador 2: Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.

Indicador 4: Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE.

63. No concernente ao objectivo de **Previsibilidade e Transparência**, 4 do total de 9 indicadores correm o risco de não terem as suas metas alcançadas, a saber:

Indicador 7: Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.

Indicador 11: AOD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.

Indicador 12: % das provisões financeiras para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no “Guião sobre os Recursos Externos”.

Indicador 14: Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada (para se fazer a análise e redigir o relatório do seu desempenho)

- 64.** No respeitante ao objectivo de **Harmonização e Alinhamento**, dum total de 9 indicadores, apenas o Indicador 18: *% do AOD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria* corre risco de não ter a sua meta atingida.
- 65.** Relativamente aos 7 indicadores cujas metas correm risco de não ser atingidas, a RP aponta para a necessidade de se imprimir maior esforço para: (i) incrementar o número de parceiros que providenciam os seus compromissos dentro das quatro semanas após a Revisão Anual; (ii) melhorar o registo da informação na base de dados ODAMOZ através do cumprimento rigoroso do Guião sobre recursos externos; (iii) cumprimento integral do calendário de desembolsos visando melhorar o princípio da previsibilidade.

VII. INDICADORES E METAS 2013

- 66.** A RP QAD acordou os indicadores do QAD do Governo (2013) e dos PAPs (2012 – 2013) conforme os anexos I e II.

QAD do Governo

- 67.** Durante a Revisão Anual 2012, foram identificados 5 indicadores em conjunto para serem melhorados e ou ajustados, e serem adoptados formalmente durante este processo da Reunião de Planificação. Foram acordados os seguintes novos indicadores:

Indicador 5 “Número de infra-estruturas de apoio a pesca artesanal construídos”; o indicador foi mantido.

Indicador 6 “Número de projectos e iniciativas de adaptação às mudanças climáticas em zonas de risco” foi substituído por indicador “Número cumulativo de sectores/instituições e províncias que integram acções de redução de risco a calamidades naturais, adaptação e mitigação às mudanças climáticas no processo de planificação”;

Indicador 8 “Melhorar o desempenho de Moçambique no “ranking Doing Business” foi substituído por indicador “Número de postos de trabalho potencialmente criados com

abertura de uma empresa no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado”. No entanto, com o objectivo, dentre outros, de aprimorar a proposta do novo indicador, o diálogo continuará após a Reunião de Planificação.

Indicador 15 sobre “Adopção de um sistema de avaliação de competências básicas” foi substituído por “Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário”; e

Indicador 23 sobre “% do orçamento transferido para as províncias, distritos e autarquias”, a Nota Técnica foi mantida.

68. A RP concordou em continuar o trabalho com vista a melhoria das notas técnicas dos indicadores 8, 27, 31, 33, 34 assim como a meta e a nota técnica do indicador 26. Este trabalho deverá estar concluído até Dezembro 2012, para posterior deliberação ao nível do Grupo de Coordenação.

QAD dos PAPs

69. Foi adoptado um novo QAD dos PAPs para 2012 e 2013 com 23 indicadores dos quais 4 são aplicáveis apenas a modalidade do AGO. Os restantes indicadores (19), são aplicáveis a todas modalidades incluindo o AGO.

70. A motivação para se propor um novo conjunto de indicadores e metas resultou do desejo de: (i) melhor acomodar os Membros Associados encontrando formas e indicadores para melhor os avaliar. Não obstante, as suas políticas ou mandatos não permitirem a prestação de AGO, eles estão empenhados na implementação dos compromissos da Declaração de Paris, da Agenda de Acção de Acra e da Declaração de Busan; (ii) reduzir o número de metas e de indicadores, através da eliminação dos que foram atingidos em exercícios anteriores; (iii) torná-los específicos, mensuráveis, alcançáveis, realistas e com prazos.

Foram ajustados os indicadores anteriores (do QAD 2011), da seguinte forma:

Específicos para AGO

- a. **Indicadores 3a)** “% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos”; e **3b)** “Número de PAPs com programas rolantes e multi-anuais não inferior a 3 anos” foram substituídos pelo indicador “3) Número dos PAPs com programas multianuais não inferiores a 3 anos e rolantes”.
- b. **Indicadores 9)** “% dos PAP que aderem aos condicionalismos comuns do AGO” e **10)** “Número de PAPs sem excepções no Anexo10 do Memorando de Entendimento de 2009” foram substituídos pelo indicador “4) Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE”.

Composição do portfolio

- c. **Indicador 2)** “% de Ajuda Programática no total de ODA desembolsado pelos PAPs” foi substituído pelo novo indicador “5) % de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado ao Governo”.

Previsibilidade e transparência

- d. Foram introduzidos os seguintes **novos indicadores**:
 - 6)** Evolução do valor total de AOD ao País do ano n em relação ao ano n-1;
 - 8)** Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM;
 - 9)** % de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos;
 - 12)** % das provisões financeiras para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no “Guião sobre os Recursos Externos”;
 - 13)** % dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ”; e
 - 14)** Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada (para se fazer a análise e redigir o relatório do seu desempenho)”.

Harmonização e alinhamento

- e. Foi introduzido o novo indicador **15)** Número de sectores de intervenção por PAPs.
- f. **Indicador 12a)** “% do ODA dos PAPs que utiliza os Sistemas de Gestão das Finanças Públicas do País” foi substituído pelo novo “16) % do AOD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT”.

- g. **Indicadores 16a)** “% do total das missões que são conjuntas”; e **16b)** “Número total de missões” foram substituídos pelos novos indicadores “**21)** Número total de missões e valor (em milhão de USD) de AOD ao Governo para o qual é realizado uma missão”; e “**22)** % de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões”;
- h. **Indicador 19)** “% da **Cooperação técnica (CT)** dos PAPs através de programas coordenados foi substituído pelo novo indicador “**23)** Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas”.

71. A RP concordou em continuar o trabalho com vista a melhoria dos indicadores 6 e 10 e avaliar a possibilidade de introduzir um indicador relacionado com a tranche variável no QAD dos PAPs - este último apenas com efeito a partir de 2013. Este trabalho deverá estar concluído até Dezembro 2012, para posterior deliberação a nível do Grupo de Coordenação.

VIII. LISTA DOS ESTUDOS ANALÍTICOS, ANÁLISES E NOTAS A SEREM REALIZADOS CONJUNTAMENTE ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS EM 2013

Estudos Analíticos Confirmados

72. No que tange ao **Pilar de Apoio de Governança**, prevê-se levar a cabo um estudo sobre o Processo de transferência de competências e funções para os Municípios no âmbito da **Descentralização** (Decreto 33/2006 e Decreto 46/2011, de 21 de Setembro. O estudo será realizado pelo Ministério da Administração Estatal com apoio dos parceiros de cooperação.
73. O Grupo de Implementação do Memorando de Entendimento, destacou que será realizada em 2013 uma **Avaliação de Apoio ao Orçamento**. O estudo será coordenado pelo MPD e financiado pela Comissão Europeia. A avaliação terá início em Janeiro de 2013, prevendo-se que a mesma termine nos princípios de 2014.

Estudos Analíticos Por Confirmar

- 74.** No Pilar de **Apoio de Governação**, o Ministério da Função Pública projecta no âmbito da melhoria da Prestação de Serviços Públicos, a realização da 2ª Pesquisa Nacional sobre o Grau de Satisfação dos Utentes dos Serviços Públicos.
- 75.** No pilar de **Macroeconomia** se acordou a realização de uma Pesquisa e Localização de Despesas Públicas (PETS) no sector de Saúde, devendo o processo de preparação iniciar ainda em 2012. Deverá ainda ser avaliada a possibilidade de realizar um Avaliação Sectorial de Despesa Pública (Sector *Expenditure Review*) num sub sector na área de infra-estruturas.
- 76.** De notar que os estudos só poderão ser confirmados após a verificação dos Termos de Referência e da garantia de financiamento, que deverão ser apresentados ao JSC.

Auditorias de Desempenho

- 77. Auditoria ao Sector de Calamidades:** Foi finalizado o Relatório Preliminar e já foi apresentado num *workshop* em que participaram os Parceiros e a entidade auditada. Espera-se que o relatório final esteja finalizado ainda em 2012 e seja usado para a Reunião Anual de 2013. As recomendações desta auditoria serão objecto de acompanhamento do grau de implementação e o ponto de situação será apresentado na reunião de Planificação de 2013.
- 78. Auditoria de Desempenho ao Sector de Acção Social:** Foi seleccionada a empresa que vai realizar a auditoria espera-se que e a mesma seja concluída durante o ano de 2013.
- 79.** Com vista a melhorar o processo de execução das auditorias de desempenho, está em curso uma avaliação que tem como objectivo definir os critérios de selecção sector ou área a auditar, o período de tempo razoável para a realização da auditoria, assim como a melhoria dos mecanismos de seguimento das recomendações e as melhores formas para melhorar o seu impacto nas instituições envolvidas.

